

Educação para Platão

“A Educação é a necessidade de qualificar os indivíduos como meio para uma sociedade política e eticamente justa, composta de homens virtuosos (excelentes, no sentido da *areté* helênica), capazes de dominar suas paixões e, conseqüentemente, cidadãos ativos com capacidade de argumentação e retórica.

Considerava a educação a mais nobre das ciências e outorgava ao ideal educacional a condição de bem supremo da vida e tinha como objetivo último à formação de cidadãos virtuosos (excelentes).

Através de uma analogia entre Estado e homem (alma humana) apresenta-os como realidades complexas e heterogêneas, naturalmente desarmoniosas e em permanente estado de guerra interna.

A fim de alcançar o equilíbrio e a harmonia, a regência do conflito no Estado é feita pela lei e na alma humana pela razão. Em vista disso, tanto no Estado como no homem há uma parte que deve governar e outra que deve ser governada.

A esse exercício de governo, no homem, chama educação, à capacidade de obediência aos ditames da razão, que Platão chama virtude (excelência).

O ideal de educação é justificado pela necessidade da formação da virtude (excelência) no homem. A virtude (excelência) se dá como resultado da relação harmoniosa entre os preceitos da razão e os sentimentos que internamente a ela se submete.

Na formação do indivíduo primeiro deve ser ensinada a virtude (excelência), pois assim é possível realizar o treinamento dos sentimentos, e posteriormente a isso ocorre à formação intelectual.

Portanto, a educação expressa nas obras de Platão tinha projeções políticas, pois para ele o objetivo da educação era formar cidadãos capazes de opinar e participar das decisões sobre os rumos da sociedade e a fim de habitar um estado perfeito.

Contudo, cabe salientar que no caso da Grécia Antiga a política era ocupação apenas dos que a lei considerava cidadãos, o que excluía comerciantes, artesãos, mulheres e escravos.

A partir das considerações sobre a Educação para Platão e de seu sistema de estado, estabelecido em seu livro “A república”, se observa que em relação aos portadores de necessidades especiais:

- a) Os portadores de super dotação intelectual eram ignorados por imersão ao sistema educacional;
- b) Os portadores de necessidades especiais relacionadas a deficiências físicas

e mentais, dado o apreço de Platão pela política de Esparta, se vê na obra do pensador: 1.1 indicação a eugenia como garantia de depuração do Estado; 1.2. A seleção de casais melhor dotados física e mentalmente para a reprodução;

Nessa medida, para o sistema educacional platônico, o portador de deficiências física e mentais não deveriam ser admitidos na vida social do estado por não serem capazes de atender em sua plenitude a excelência capaz de direcionar o cidadão e o Estado à plena harmonia na relação corpo cívico-Estado.

Educação para Aristóteles

O filósofo grego Aristóteles acreditava na educação como forma de preparar o homem para viver em sociedade. (...) O maior bem para Aristóteles seria a felicidade e essa só seria alcançada através da educação.

Aristóteles pensa a educação como causa da felicidade, pois acredita que todas as causas têm um fim, uma finalidade específica que se faz necessária e universalmente válida ao Estado.

A educação seria a maneira de preparar o cidadão para a vida em sociedade, e essa vida em sociedade deveria se dar por meio de virtude calcada na boa educação e na prática de atos virtuosos (excelentes).

Para o filósofo, não aprendemos a virtude (excelência) lendo textos ou ouvindo conceitos sobre a palavra, mas aprendemos a ser virtuosos (excelentes) mediante a educação que recebemos e praticando atos virtuosos (excelentes).

Entretanto, precisaríamos de certo conhecimento sobre os valores e definições de justiça em cada sociedade para sermos justos e virtuosos (excelentes), mas a virtude (excelência) e a justeza não estariam “fechadas” nessas definições.

Segundo Aristóteles, a educação deveria ser direito do estado. Ou seja, deveria haver uma educação pública voltada para todos os que eram considerados cidadãos, se incluindo, aqui, as mulheres. E, ao mesmo tempo, a educação teria seus fundamentos na família, sendo supervisionada pelo estado a fim de se garantir sua qualidade com o intuito de preparar a criança para a *pólis*.

Para o filósofo, a forma de se educar seria através da repetição. Uma criança estaria sendo bem educada repetindo os gestos de virtude (excelência) demonstrados pelos seus preceptores. Daí, a necessidade de as crianças terem uma boa instrução, no intuito dessa não ser apenas teórica, mas recheada de exemplos de excelência.

Mas, o que seria de fato essa boa educação para Aristóteles? Sabemos que

Aristóteles toma como referência positiva a educação na Cidade-Estado de Esparta. Ao nascer, todas as crianças eram apresentadas para uma comissão de avaliadores que decidiam se esta deveria ou não continuar vivendo. Se não fosse forte, perfeita e saudável a criança não tinha direito à vida. Era sacrificada em benefício da pátria. Se fosse forte e perfeita, sem nenhum indício de doença, seria mantida com a família até idade de sete anos, quando então o Estado se apropriava dela e lhe garantia educação até os vinte anos, sob a autoridade de um magistrado responsável por sua formação física, moral e cívica. Era uma educação austera, dura, que tinha como objetivo o ensino da obediência às leis e o servir à Pátria.

Para Aristóteles, a educação é um instrumento pelo qual o homem se realiza no sentido político do termo, pois essa é a finalidade do homem segundo o filósofo.

Nessa perspectiva, tal qual Platão, Aristóteles parte da eugenia como prática seletiva dos futuros cidadãos a serem educados. No entanto, não defende a tese de exclusão de cidadãos acidentados ou lesionados por quaisquer outros motivos, que não sejam as deficiências mentais, na medida em que essas podem prejudicar o exercício pleno da razão do cidadão no exercício político, que é o ambiente natural de para se alcançar a felicidade pelo exercício da política.

Nesse sentido, para Aristóteles, desde que a deficiência não impeça o uso da razão e das faculdades mentais o caráter de seu sistema educacional seria o bem agir perante a sociedade e praticar atos virtuosos (excelentes). Ora, para o estagirita o homem seria naturalmente um ser político, nascido, portanto, para a vida em sociedade.

Educação para Jesus de Nazareth

O advento da doutrina cristã é um separador não só da História, mas também uma divisão no pensamento sobre o homem e como não poderia deixar de ser, no que se refere ao pensamento sobre a formação humana, isto é, a Educação.

No entanto, há de se separar o pensamento crístico do da(s) Igreja(s), a despeito de todas as Igrejas se declararem portadoras dos ensinos do Cristo. Mas de maneira inquestionável, a mistura de doutrinas é praticamente incompatível.

Tal incompatibilidade se nota facilmente por meio de um breve levantamento junto aos Evangelhos canônicos, no que se refere aos ensinos messiânicos, a saber:

- 1) Amor a Deus acima de todas as coisas;

- 2) Amor ao próximo como a si mesmo;
- 3) Tolerância incondicional;
- 4) Perdão infinito;
- 5) Caridade entendida enquanto “amor em ação”;
- 6) Igualdade de todos perante Deus e suas leis;

7) A indicação das ideias de interioridade, subjetividade e individualidade assinaladas pela forma através da qual se deve se relacionar com Deus e se cumprir os deveres temporais, isto é, o “dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, cultuando Deus no templo íntimo do coração, a despeito das obrigações exteriores e temporais;

8) Assertividade quanto aos verdadeiros valores e ao que verdadeiramente interessa à vida humana, isto é, o encarar o mundo enquanto um meio de depuração espiritual para a conquista da glória eterna após a morte.

Nessa perspectiva se observa um redirecionamento dos valores educacionais apregoados nas tradições educacionais greco-romanas, em especial no que se refere ao ser humano.

É a partir do pensamento crístico que se observa a universalização da dita “dignidade humana” apregoada na “Torah” hebraica, na medida em que o homem é criatura de Jeová e é tratada como “a coroa da criação”, para “o que tudo foi feito para seu total e pleno usufruto”.

Ora, nas concepções greco-romanas em vigor na época de Jesus o homem é um ser natural tanto quanto qualquer outra coisa, basicamente distinguidos entre civilizados (helenizados), enquanto cidadãos, livres e plenos de seus direitos civis/religiosos. A partir de Jesus se consolida a concepção de que todos são “filhos de Deus” e enquanto tais são elementos únicos da criação, com destinação à felicidade.

É sob o impulso da doutrina crística exemplificada por Jesus que as instituições se transformam a partir do século I d. C., se criam hospitais, asilos, orfanatos e instituições congêneres de assistências social e sanitária, públicas e privadas que ao longo dos séculos reforça a dita “dignidade humana” da tradição Judaica-Cristã-Muçulmana.

Educação para Agostinho

Educação e catequese praticamente se equivaliam, as escolas eram orientadas para a formação de membros do clero, ficando em segundo plano a transmissão dos conteúdos tradicionais.

O conhecimento tinha lugar central na filosofia de Santo Agostinho, mas ele se confundia com a fé. Diante disso, a educação daquela época, conhecida como patrística, em referência aos padres que a ministravam, estimulava acima de tudo a obediência aos mestres, a resignação e a humildade diante do desconhecido.

O objetivo era treinar o controle das paixões para merecer a salvação numa suposta vida após a morte. Trata-se de uma trajetória de redefinição de si mesmo à luz de Deus, culminando com a redenção.

A preocupação principal da Pedagogia agostiniana é a busca da salvação, ao mesmo tempo psicológica e filosófica. Tal procura se transformaria numa espécie de paradigma da vida terrena para os cristãos e vigoraria durante séculos como princípio confessional até os nossos dias. No entanto, no que se refere a tais critérios educacionais, se verifica que os crentes precisam de autocontrole, disciplina, persistência, bom senso, sobretudo no que se refere aos procedimentos de auto-conhecimento para a identificação do pecado e seu tratamento pela terapêutica cristã.

Nesse particular, se observa que a proposta de Agostinho, em certa medida, exclui aqueles que impossibilitados de estarem senhores de si mesmos, em plena posse de suas faculdades mentais ou ainda, portadores de déficits de atenção, problemas de memória e deficiências semelhantes em que tais deficiências dificultem ou impossibilitem o autoexame ficam excluídos por incapacidade e como na época se verifica a implantação parcial das ideias platônicas de sociedade tripartida, na medida em que a educação era destinada aos guerreiros/ nobres e ao clero, as pessoas com quaisquer dificuldades eram facilmente alocadas em trabalhos manuais ou simplesmente internadas por toda a vida.

Toda a reflexão de Santo Agostinho parte da indagação sobre o conhecimento, introduzindo a razão, o pensamento e os sentidos humanos no debate teológico. Segundo o filósofo, os sentidos nunca se enganam e, portanto, o que eles captam é, para o ser humano, a verdade.

Se o bem vem de Deus, o mal se origina da ausência do bem e só pode ser atribuído ao homem, por conduzir erroneamente as próprias vontades. Se o fizesse de modo correto, chegaria à iluminação. A ausência do bem se deve também a uma quase

irresistível inclinação do ser humano para o pecado ao fazer prevalecer os impulsos do corpo, e não a alma. Santo Agostinho tratou o tema da educação mais de perto em duas obras, *De Doctrina Christiana* e *De Magistro*, na qual apresenta a doutrina do mestre interior.

A ideia é que o professor não ensina sozinho, mas depende também do aluno e, sobretudo, de uma verdade comum aos dois. Simplificando, o professor mostra o caminho e o aluno o adota, assim, o saber brota de seu interior. A pessoa que ensina não transmite, mas desperta. Para Santo Agostinho, é desse modo que se conquista a paz da alma, e esse é o objetivo final da educação.

Portanto, aqueles que apresentam dificuldades para que essa relação entre mestre-aluno se estabeleça e se desenvolva para que se atinja os fins da educação não estão aptos a serem educados e, portanto, devem ser alocados nos ofícios manuais ou em ratamento sob o acompanhamento caridoso da Igreja.

Educação para Tomás de Aquino

De acordo com o filósofo, há dois tipos de conhecimento: o sensível, captado pelos sentidos, e o intelectual, que se alcança pela razão.

Pelo primeiro tipo, só se pode conhecer a realidade com a qual se tem contato direto. Pelo segundo, pode-se abstrair, agrupar, fazer relações e, finalmente, alcançar a essência das coisas, que é o objeto da ciência.

O processo de abstração que vai da realidade concreta até a essência universal das coisas é um exemplo da dualidade entre ato e potência, princípio fundamental tanto para Aristóteles quanto para a educação escolástica.

Para extrair das coisas sua essência é necessário transformar em ato algo que elas têm em potência. Disso se encarrega o que Tomás de Aquino chama de inteligência ativa em complementação a uma inteligência passiva, com a qual cada um pode formar os próprios conceitos.

A ideia transportada para a educação, introduz um princípio pedagógico moderno e revolucionário para seu tempo: o de que o conhecimento é construído pelo estudante e não simplesmente transmitido pelo professor.

Tomás cria uma Pedagogia cuja característica principal é uma abertura para o conhecimento e para o aluno. Como o filósofo vê em todo ser a potência e o ato (apenas

Deus está acima da dicotomia, sendo "ato puro"), a noção de transformação por meio do conhecimento é fundamental em sua teoria.

Cada ser humano, segundo ele, tem uma essência particular, à espera de ser desenvolvida, e os instrumentos fundamentais para isso são a razão e a prudência, esse, para Tomás de Aquino, era o caminho da felicidade e também da conduta eticamente correta.

A direção da vida é competência da pessoa e Tomás mostra que não há receitas para agir bem, porque a prudência versa sobre atos situados no aqui e agora.

Nesse sentido, como se pode verificar, para a Pedagogia tomista a educação é essencialmente um processo racional de desenvolvimento das habilidades potenciais de abstração, por meio da Lógica, se desenvolvendo o aluno, na medida de seus esforços para tornar em ato o que potencialmente ele traz em si.

No entanto fica a questão: é as pessoas que eventualmente apresentam dificuldades cognitivas e linguísticas, sobretudo aquelas que não conseguem se apropriar do modo discursivo racional e cujas habilidades cognitivas não permitem o fácil acesso e desenvolvimento das abstrações inerentes a Lógica?

Para esse grupo, tal qual para Agostinho, Tomás de Aquino afirma a utilidades deles segundo a vontade de Deus para as artes manuais, na medida em que possam nelas serem aproveitados. Quanto aos casos mais graves, a internação e o tratamento piedoso sob a assistência da Igreja era a possibilidade existente em sua teoria.

Educação para Pestalozzi

A escola idealizada por Pestalozzi deveria ser não só uma extensão do lar como inspirar-se no ambiente familiar, para oferecer uma atmosfera de segurança e afeto.

Ao contrário de muitos de seus contemporâneos, o pensador suíço não concordava totalmente com o elogio da razão humana. Para ele, só o amor tinha força salvadora, capaz de levar o homem à plena realização moral, isto é, encontrar conscientemente, dentro de si, a essência divina que lhe dá liberdade.

Pestalozzi chega ao ponto de afirmar que a religiosidade humana nasce da relação afetiva da criança com a mãe, por meio da sensação de providência. A criança, na visão de Pestalozzi, se desenvolve de dentro para fora, ideia oposta à concepção de que a função do ensino é preenchê-la de informação.

Para o pensador suíço, um dos cuidados principais do professor deveria ser respeitar os estágios de desenvolvimento pelos quais a criança passa. Dar atenção à sua evolução, às suas aptidões e necessidades, de acordo com as diferentes idades.

Pestalozzi parte de uma missão maior do educador, a de saber ler e imitar a natureza, em que o método pedagógico deveria se inspirar. O objetivo final do aprendizado deveria ser uma formação também tripla: intelectual, física e moral.

E o método de estudo deveria reduzir-se a seus três elementos mais simples: som, forma e número. Só depois da percepção viria a linguagem. Com os instrumentos adquiridos desse modo, o estudante teria condições de encontrar em si mesmo liberdade e autonomia moral.

É notável o avanço Pedagógico da proposta pestalozziana no que se refere à postura do professor na relação ensino-aprendizagem, que dessa maneira, ao contrário de tudo dito até o momento, se constitui como uma verdadeira relação afetiva docente-discente, se estimulando, a partir daí, por meio dos sentidos e respeito aos momentos de desenvolvimento do estudante, se constrói pela primeira vez, uma possibilidade de inserção dos estudantes portadores de necessidades especiais, sejam física e/ ou mentais na escola.

Pois é a partir do trato afetivo e da segurança dessa relação e a partir de instrumentos didáticos que se apresentem como som, forma e número, aos poucos, se desenvolve o intelecto e a moral do estudante e nesse sentido, dependendo das deficiências em questão, pela primeira vez na História da Pedagogia se oportunizou a possibilidade de um tratamento pedagógico especializado e direcionado às necessidades especiais, sejam as deficiências ou as superdotações como um todo.

Como alcançar esse objetivo dependia de uma trajetória íntima, Pestalozzi não acreditava em julgamento externo. Por isso, em suas escolas não havia notas ou provas, castigos ou recompensas, numa época em que chicotear os alunos era comum.

A disciplina exterior, na escola de Pestalozzi, era substituída pelo cultivo da disciplina interior, essencial à moral protestante. A criança, na concepção de Pestalozzi, era um ser puro, bom em sua essência e possuidor de uma natureza divina, que deveria ser cultivada e descoberta para atingir a plenitude.

O pensador suíço costumava comparar o ofício do professor ao do jardineiro, que devia providenciar as melhores condições externas para que as plantas seguissem

seu desenvolvimento natural. Ele gostava de lembrar que a semente traz em si o "projeto" da árvore toda.

Nesse sentido e a partir dessas referências, se introduziu pela primeira vez na discussão pedagógica o que fazer, como e em que medida se pode trabalhar com crianças que apresentam algum estado físico e/ou mental diferenciado do considerado "normal". Uma vez que para esses, os ditos "normais", não mais se adotaria as bases e princípios educacionais praticados até então, Pestalozzi abre uma nova dimensão da Educação para a Humanidade.

Desse modo, o aprendizado seria, em grande parte, conduzido pelo próprio aluno, com base na experimentação prática e na vivência intelectual, sensorial e emocional do conhecimento.

É a ideia do "aprender fazendo", amplamente incorporada pela maioria das escolas pedagógicas posteriores a Pestalozzi. O método deveria partir do conhecido para o novo e do concreto para o abstrato, com ênfase na ação e na percepção dos objetos, mais do que nas palavras. O que importava não era tanto o conteúdo, mas o desenvolvimento das habilidades e dos valores.

Sob esses novos critérios educacionais, a escola se abriu para os portadores de necessidades especiais e ensejou novos desafios pedagógicos a cada indivíduo que se apresentava diante de suas portas para se educar.

Educação para Comênio

Criador da Didática, enquanto "a arte de tudo ensinar facilmente sobre tudo", esse educador tinha como principal meta trazer o ser para perto do Criador, transformando os indivíduos em cristãos exemplares, dotados do poder de exercitar suas virtudes potenciais, que devem irradiar na direção de todos, independente do status econômico, de gênero ou de condições físicas e mentais.

Para ele, a Didática podia ser definida como a prática de educar e também enquanto ofício de ensinar e para isso, não haveriam os limites até então indicados como impossibilidades de aprendizagem por qualquer ser humano enquanto tal. Sejam considerados normais ou portadores de qualquer necessidade.

Comenius defendia a necessidade da educação das crianças em idade tenra, aconselhando, para esse fim, que se construíssem escolas maternas. Dessa forma esses

seres teriam a chance de conquistar desde cedo conhecimentos básicos que poderiam ser desenvolvidos depois.

Sua intenção era que o Homem fosse educado para a vida eterna porque, como ele acreditava, ele era espírito destinado à imortalidade. Dessa forma, seu aprendizado tinha que ir além dos desejos e ideais materiais. Daí a necessidade vital de buscar não somente bens terrenos, mas acima de tudo a sabedoria e as qualidades que o conduzissem para o Criador.

Sua pedagogia preconiza que se deve iniciar o aprendizado pelos sentidos, pois é através deles que se percebe os estímulos exteriores e, portanto, o que se considera real, assim, as percepções sensoriais seriam impressas no interior do ser e, depois, analisadas pelos instrumentos racionais.

Os fundamentos de sua didática são o entendimento, a conservação e a práxis, por meio deles o indivíduo atinge três qualidades elementares: a aquisição de vastos conhecimentos, virtudes e religiosidade, que estão intimamente vinculadas aos dons do intelecto, da vontade e da memória.

O educador crê que todas as pessoas são igualmente portadoras de uma condição humana, embora manifestem inteligências distintas, para ele produtos de um grau elevado ou de uma carência de harmonia própria. Por essa razão as mentes devem ser moldadas logo cedo, para que os intelectos se desenvolvam sem tantas discrepâncias.

A doutrina pedagógica de Comenius convida a mente racional a adotar diante do Cosmos uma postura inquiridora e inclusiva de todas as esferas do conhecimento. Sua obra, fruto de intensos diálogos com filósofos como Bacon e Descartes, visa contribuir para que o Homem, desde a infância, passando pela juventude, complete sua evolução rumo à perfeição espiritual e intelectual.

Educação para Karl Marx

Marx acreditava que a educação era parte da superestrutura de controle usada pelas classes dominantes. Por isso, ao aceitar as ideias passadas pela escola à classe dos trabalhadores (que Marx denominava classe proletária) cria uma falsa consciência, que a impede de perceber os interesses de sua classe. Assim, Marx concebia uma educação socializada e igualitária a todos os cidadãos.

Marx não via com bons olhos uma educação oferecida pelo Estado-Nação burguês, capitalista, basicamente por desacreditar no currículo que ela traria e na forma como seria ensinado. Mesmo que tenha defendido a educação compulsória em 1869, Marx opunha-se a qualquer currículo baseado em distinções de classe. Defendia a educação técnica e industrial, mas não um vocacionalismo estreito, essas ideias tiveram um impacto posterior na educação, especialmente no que diz respeito à educação tecnológica.

A educação tende a ser considerada como elemento conservador da sociedade, mas por ser um instrumento formador e de expressividade em qualquer tipo de sociedade, não pode e nem deve ser vista dentro de limites fechados, analisada independentemente do contexto sócio-político e econômico em que vive tal sociedade. Deve ser encarada como parte integrante e necessária de um sistema, já que é usada de acordo com seus interesses.

Podemos dizer que a educação é um reflexo da política adotada em um país e do interesse desse país em coordená-la. É um dos maiores instrumentos de dominação em massa dentro de um sistema, perdendo apenas para a mídia, que é acessada por muito mais pessoas do que o sistema educativo.

Um dos principais papéis reservados à educação consiste antes de tudo, dotar a humanidade de capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades.

No sentido da Educação apresentada pela teoria marxista se questiona: qual é o papel do portador de necessidades especiais em sua teoria pedagógica?

Ora, se a Educação é o segundo maior aparelho de controle social por parte do Estado e é ela a ferramenta necessária para que os indivíduos se tornem empoderados para a tomada de decisão de seus próprios destinos, enquanto classe trabalhadora frente aos donos dos meios de produção, o papel do portados de necessidades especiais se torna evidente, na medida em que por meio da teoria educacional marxista o cidadão portador de necessidades especiais deixa o papel secundário no sistema educacional e se torna protagonista e sujeito de direitos a o alocarem no foco central do processo ensino-aprendizagem e a forçar o Estado que mesmo o considerando em alguma medida não se aparelhava para o atender adequadamente, o preparando para a inserção autônoma e independente e não mais o coitadismo tradicional.

Educação para Jean Piaget

Com o objetivo de chegar ao pensamento adulto, Piaget recorreu à gênese do pensamento infantil a fim de acompanhar sua evolução até a fase adulta, quando o pensamento adquire maior elaboração. Segundo ele, até atingir a capacidade plena de raciocínio no início da adolescência, o desenvolvimento infantil passa por quatro estágios:

- ESTÁGIO SENSÓRIO-MOTOR (0 a 2 ANOS) – O bebê começa a construir esquemas de ação a partir de reflexos neurológicos básicos. A inteligência é prática e as noções de tempo e espaço são construídas pela ação direta com o meio como, por exemplo, pegar objetos e levá-los a boca.

- ESTÁGIO PRÉ-OPERATÓRIO (2 a 7 ANOS) – Estágio da inteligência simbólica, caracterizado pela interiorização dos esquemas de ação elaborados a partir do estágio sensório-motor e pela aquisição da linguagem como forma de expressão.

- ESTÁGIO OPERATÓRIO CONCRETO (7 a 11 ANOS) - Desenvolvimento da noção de tempo e espaço e capacidade de abstração da realidade. A criança já não se limita a uma representação imediata, mas ainda depende muito do mundo concreto para chegar à abstração.

- ESTÁGIO OPERATÓRIO FORMAL (12 ANOS EM DIANTE) – Nesta fase a criança amplia as capacidades conquistadas na fase anterior e é capaz de pensar em todas as relações possíveis a partir de hipóteses que não dependam necessariamente da observação da realidade. A representação permite, portanto, a abstração total e o organismo atinge assim seu equilíbrio.

O autor descobriu assim características peculiares do nosso do nosso desenvolvimento e concluiu que a inteligência é um caso particular de adaptação biológica aonde o sujeito avança na medida em que desenvolve a capacidade de se adaptar às situações impostas pelo meio, criando instrumentos para superar os obstáculos que encontra durante seu processo de maturação.

Portanto, o desenvolvimento psíquico, assim como o desenvolvimento orgânico, orienta-se para alcançar o equilíbrio e o processo de desenvolvimento representa a passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estágio de equilíbrio superior, sempre em direção a uma forma de equilíbrio final. Nesse caminho, o

organismo se vale da interação entre dois importantes mecanismos: a assimilação e a acomodação.

Por um lado, a assimilação é responsável pela incorporação da informação aos esquemas que o indivíduo já possui, em contraponto, a acomodação promoverá a modificação dos esquemas individuais em função das resistências que o objeto a ser assimilado impõe ao sujeito.

Como consequência dessa dinâmica, a inteligência resulta de uma adaptação e do equilíbrio entre os processos de assimilação e acomodação diante de nossas interações com o meio.

Assim, quando um novo desafio é colocado à prova o desequilíbrio por ele causado volta a colocar a engrenagem psíquica em funcionamento. Logo, nos termos de Piaget, o conhecimento é fruto da interação constante entre a bagagem hereditária e as experiências adquiridas.

Após o mapeamento do desenvolvimento humano levado a efeito por Piaget, se torna clara a tarefa do educador diante do portador de necessidades especiais, seja a deficiência ou a superdotação.

A partir do diagnóstico da necessidade a ser tratada, cabe ao educador identificar em que fase do desenvolvimento o estudante se encontra e, a partir daí, com base em sua disciplina específica, pautar as habilidades necessárias ao desenvolvimento do educando no campo e estruturar, na medida do possível, a didática, a metodologia, os instrumentos de avaliação aptos a atender as necessidades do neófito e desenvolver os critérios avaliativos que melhor se adequem ao trabalho pedagógico em questão.

A despeito de habilidades especiais por parte do educador, tanto quanto da disponibilidade voluntária do estudante portador de necessidades especiais em aprender, o que se verifica a partir da teoria educacional piagetiana é a possibilidade de total integração escolar, conforme a necessidade, dos estudantes como um todo no processo ensino-aprendizagem.

Educação para Vygotsky

A construção de conhecimentos e o desenvolvimento mental possuem características individuais e particulares, ou seja, os significados culturais historicamente produzidos são internalizados pelo homem de forma individual, possuem um sentido

pessoal. A palavra, a língua, a cultura relaciona-se com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo. Nesse processo de construção social e histórica do homem, a linguagem possui dupla importância na construção do saber.

É ela que intermedia a relação entre os homens. A linguagem simplifica e generaliza a experiência, ordenando os fatos do mundo real em conceitos cujo significado é compartilhado pelos homens que, enquanto coletividade, utilizam a mesma língua.

Para Vygotsky existem três momentos importantes da aprendizagem da criança: 1. a zona de desenvolvimento potencial, que é tudo que a criança ainda não domina mas que se espera que ela seja capaz de realizar; 2. a zona de desenvolvimento real, que é tudo que a criança já é capaz de realizar sozinha; 3. a zona de desenvolvimento proximal, que é tudo que a criança somente realiza com o apoio de outras pessoas.

É na zona de desenvolvimento proximal que a "interferência de outros indivíduos é mais transformadora. Isso porque os conhecimentos já consolidados não necessitam de interferência externa. Isso significa que o ensino-aprendizagem deve ter como ponto de partida o desenvolvimento real da criança e, como ponto de chegada, os conhecimentos que estão latentes, mas ainda não desabrocharam.

A escola tem o papel de fazer a criança avançar em sua compreensão do mundo a partir de seu desenvolvimento já consolidado e tendo como etapas posteriores, ainda não alcançadas.

Nesse processo, o professor deve ser o estimulador da zona de desenvolvimento proximal, provocando avanços nos conhecimentos que ainda não aconteceram. A interferência do professor não pressupõe, no entanto, uma pedagogia diretiva, autoritária e, menos ainda, uma relação hierárquica entre professores e alunos, estejam estes em qualquer das situações possíveis, isto é, a de estudante considerado normal, portador de deficiências ou de superdotação.

Para Vygotsky, o erro deve ser visto pelo professor como parte do processo ensino-aprendizagem, mas jamais deve ser ignorado. A correção é importante para que o aluno perceba a necessidade de melhorar e de dedicar-se mais aos conhecimentos que ainda não domina.

Nesse sentido, o trabalho em grupo, além de estimular a interação social, pode ser um bom momento para o amadurecimento de ideias e aprimoramento dos conhecimentos. Entretanto, o contato individualizado entre professor e aluno não pode ser

dispensado, pois é o momento em que o professor pode detectar o desenvolvimento real e proximal dos alunos.

Outro aspecto fundamental para Vygotsky é o brincar. Para ele, as brincadeiras de "faz-de-conta" criam zonas de desenvolvimento proximal, à medida que colocam o educando em situações de repetição de valores e imitação de papéis e regras sociais.

A escola deve criar situações de brincadeira, a fim de que a criança possa ter uma gama de possibilidades que estimulem seu desenvolvimento e a própria interação social.

Para Vygotsky, a aprendizagem da escrita inicia antes do período escolar, visto que seu desenvolvimento está intimamente ligado aos estímulos recebidos pela criança desde cedo. Portanto, a criança precisa ser levada a compreender que o signo da escrita não possui significado em si mesmo, é apenas uma representação do mundo real.

É função de a escola fazer com que a criança compreenda o signo e o seu significado, por meio de ações que relacionem o mundo concreto e as suas representações.

A teoria de Vygotsky oferece uma nova racionalidade, a partir da qual é possível entender-se o desenvolvimento interno da aprendizagem e do conhecimento. A conclusão de que uma atividade que hoje a criança somente consegue fazer com o auxílio de outra pessoa, mas que pode vir a fazer sozinha amanhã recoloca a relação erro/acerto numa outra perspectiva: a de que o ato de errar não deve ser encarado como incapacidade, mas como indicador de que certos conhecimentos precisam ser estimulados.

A importância da cultura, da linguagem e das relações sociais na teoria de Vygotsky fornece a base para uma educação na qual o homem seja visto na sua totalidade: na multiplicidade de suas relações com outros, na sua especificidade cultural, na sua dimensão histórica, ou seja, em processo de construção e reconstrução permanente.